

Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador

1700º aniversário do Concílio Ecuménico
de Niceia - 325-2025

A unidade da história da salvação

Para se compreender plenamente o significado do Símbolo niceno-constantinopolitano, é necessário entender a unidade do quadro da história da salvação que informa a profissão de fé. De facto, a atribuição da criação ou do “dom da vida” às três pessoas sublinha a unidade entre a ordem da criação e a ordem da salvação. A divinização começa com o ato criador, e a história da salvação começa com a criação. Contra o marcionismo e as várias formas de gnosticismo, deve-se sustentar que é o mesmo Deus que cria e salva, e a mesma realidade criada, boa porque querida por Deus, que é restaurada na redenção. Assim, a graça não introduz uma rutura, mas oferece uma realização, porque já atua na criação, que a ela é ordenada.

A economia da salvação realizada em Cristo, também ela, só é apresentada em seu verdadeiro e pleno significado se for sublinhada a sua fidelidade à Revelação feita ao povo de Israel, sem a qual a fé expressa em

Niceia perderia a sua legitimidade e a plenitude da sua dimensão histórica. Obviamente, a dimensão trinitária e cristológica do ensinamento niceno não é aceite pela tradição rabínica, mas, do ponto de vista cristão, é entendida de maneira essencial como uma *novidade* que, no entanto, está em *continuidade* com a Revelação confiada povo eleito. A doutrina da Trindade não é certamente entendida como relativização, mas como aprofundamento da fé no Deus único de Israel. Já sublinhámos que as referências a Deus como “único” e “criador do céu e da terra” ecoam o Antigo Testamento, onde Deus se revela como aquele que cria por amor, entra em relação por amor e pede para ser amado em troca. Deus chama a Abraão de seu “amigo”, “aquele a quem ama” (Is 41,8; 2Cr 20,7; Tg 2,23), e fala com Moisés “face a face, como quem fala com seu próximo” (Ex 33,11). A escolha do termo *homoousios* é feita precisamente para proteger o carácter monoteísta da fé cristã: em Deus, não há outra realidade que não seja a realidade divina. O Filho e o Espírito não são outra coisa senão o próprio Deus, e não seres intermediários entre Deus e o mundo ou meras criaturas. Além disso, a Revelação feita a Israel testemunha o Senhor como Uno e Único, que se compromete, se devota e se comunica na história da humanidade. O cristianismo entende a Encarnação como a plenitude sem precedentes do modo de atuar (a economia) do Deus de Israel que desce e habita no meio do seu povo, realizada na união de Deus com uma humanidade singular, Jesus.

Além disso, o desenvolvimento da fé trinitária, tal como foi expressa em Niceia, não deixa de ter um fundo judaico. O Símbolo é estruturado por tríplice repetição: “Cremos em um só Deus, Pai... em um só Senhor Jesus Cristo... e no Espírito Santo”. De facto, a fé trinitária emergente dos primeiros séculos desenvolveu a unidade dos nomes divinos, Pai, Filho e Espírito, a partir da fé monoteísta de Israel expressa no início do *Sh'ma Israel*, “o Senhor é nosso Deus, o Senhor é um” (Dt 6,4), repetindo esta oração central do judaísmo, estendendo o atributo da unidade do Deus único ao Filho: “Creio em um só Deus... e em um só Senhor...”. É o que acontece já nas primeiras expressões da fé trinitária do Novo Testamento: “Para nós há um só Deus, o Pai, do qual tudo provém, e para o

qual nós existimos. Para nós também existe *um* só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual tudo existe e nós igualmente existimos por ele” (1Cor 8,6, sublinhado nosso). Estas fórmulas “binárias” coexistem com fórmulas “ternárias”: “Há *um* só corpo e um só Espírito [...]; há *um* só Senhor, uma só fé, um só batismo; *um* só Deus e Pai de todos, acima de todos, no meio de todos e em todos” (Ef 4,4-6, sublinhado nosso; cf. também 1Cor 12,4-6). Evidentemente, o conteúdo da liturgia evoluiu rapidamente para conceções que não podiam ser aceites pelo rabinismo, mas a fé cristã desenvolveu-se a partir das estruturas litúrgicas judaicas. Deve-se também sublinhar a riqueza poliédrica do monoteísmo israelita, tal como revelada na Bíblia hebraica e nos escritos do período do Segundo Templo. Existe a ideia de uma riqueza superabundante em Deus que não contradiz sua unicidade e unidade. Isso se manifesta na multiplicidade das figuras de Deus, como a dimensão “binária”, em certo sentido, que alguns estudiosos percebem na dualidade entre o “Ancião de Dias” e aquele que é “semelhante a um filho de homem” (Dn 7,9-14). Esta riqueza manifesta-se ainda nas diferentes figuras de Deus durante sua ação no mundo: o Anjo do Senhor, a Palavra (*dābār*), o Espírito (*rûah*) e a Sabedoria (*hākmâ*). Alguns exegetas contemporâneos, aliás, sustentam que houve uma primeira etapa binária na confissão de fé cristã, que inscreveu naturalmente a confissão de fé em Jesus de Nazaré como *Kyrios* exaltado após a morte, com um grau propriamente divino, na continuidade do monoteísmo expresso na Bíblia.

Assim, mesmo que seja fundamental não retroprojetar a fé trinitária no Antigo Testamento, é possível, no entanto, perceber entre o Antigo e o Novo Testamento um processo de desenvolvimento, ainda que não linear, uma forma de *aproximação* destas diferentes realidades em duas figuras: o Filho-Logos e o Espírito. Quando se chegou ao que se considera a afirmação de outras duas pessoas divinas como uma associação extrínseca ao Deus único, perdeu-se o reconhecimento da ideia crista de uma fecundidade intrínseca do Pai no seio da substância una e indivisível das três pessoas coeternas.

No centro do segundo artigo do Símbolo niceno-constantinopolitano está a confissão da Encarnação e do ato redentor do Filho. Depois de professar a divindade de Cristo, Filho de Deus, confessamos também que:

[Cremos em um só Senhor Jesus Cristo]. o qual, em prol de nós, homens, e de nossa salvação, desceu dos céus, e se encarnou, do Espírito Santo e Maria, a Virgem, e se humanou; que também foi crucificado por nós, sob Pôncio Pilatos, e padeceu e foi sepultado e ressuscitou no terceiro dia, segundo as Escrituras, e subiu aos céus e está sentado à direita do Pai; e virá novamente na glória para julgar os vivos e os mortos; cujo reino não terá fim.